

Discurso de Sarney à Nação

23 FEV 1987

GAZETA MERCANTIL

"Quero anunciar que o País suspende o pagamento dos juros de sua dívida externa." Com esta frase o presidente José Sarney deu início a seu discurso à Nação, cuja íntegra segue abaixo:

Brasileiras e brasileiros, boa noite.

É com uma grande emoção que eu falo à Nação para dizer que depois de ouvir o Conselho de Segurança Nacional, que é composto por todos os ministros de Estado, o presidente do Supremo Tribunal Federal, os presidentes da Câmara e do Senado, os chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas. E depois de ouvir o Conselho de Segurança por mim convocado, tomei uma decisão de grave importância para a história do Brasil contemporâneo.

Quero anunciar que o País suspende o pagamento dos juros de sua dívida externa. Devo confessar que não é fácil tomar uma decisão dessa magnitude. Ela é, sobretudo, uma atitude de coragem, uma atitude de quem tem fé em nosso Brasil. Vamos negociar uma fórmula de amortizar os nossos compromissos dentro de parâmetros que não comprometam o desenvolvimento nacional, uma fórmula que evite a instabilidade política, que fatalmente viria seguida de recessão, de desemprego, de crise social. Mas devo dizer que esta não é, uma atitude de confronto. O Brasil não é País de confronto. O Brasil, oitava economia do mundo ocidental, não deseja ser uma economia autárquica, fora da comunidade internacional. Deseja, sim, uma negociação justa. Queremos uma economia de livre mercado, competitiva, dinâmica, moderna, e com direito de crescer.

Fizemos um grande esforço para ativar o nosso comércio exterior, mas não podíamos fazê-lo a custo de uma política recessiva, cujo único objetivo seria o de gerar saldos comerciais, esquecendo os inadiáveis interesses do País.

O Brasil não deseja enganar ninguém, mas quer ter condições exequíveis de pagamento. No momento da negociação, na mesa da negociação, nós diremos as condições que não comprometam os objetivos do crescimento nacional. Por motivo de soberania e segurança nacional nossas reservas têm de ser preservadas. Desde o princípio do governo eu estabeleci que esse seria o nosso procedimento. E marquem o limite. Agora chegou o momento da decisão. Quero deixar claro que fizemos uma opção consciente, longamente amadurecida, uma decisão pensada, uma

decisão sem afoiteza. O Brasil tem hoje reservas suficientes para atender importações por vários meses. Nossas reservas líquidas e disponíveis, posso assegurar à Nação, que são de US\$ 3,962 bilhões. Os países não costumam revelar as suas reservas. Mas eu o faço, transparentemente, nesta noite, justamente para evitar interpretações equivocadas, daqueles que não acreditam no nosso País.

A situação é totalmente diferente de 1982. Ai, sim, naquela época houve um constrangimento de fato. Por quê? Porque o Brasil não dispunha de recursos para honrar seus compromissos. Não dispo de divisas, nem sequer para financiar importações essenciais, nós ficamos à mercê dos credores, que nos impuseram suas condições e não tivemos condições de resistir. O Brasil teve de recorrer ao Fundo Monetário Internacional nas circunstâncias bem conhecidas. Hoje isso não ocorre. Temos recursos suficientes e, com as medidas tomadas agora, preservamos nossas divisas, fortalecemos nossa posição para negociar.

O que nós não queremos mais são paliativos ou soluções provisórias. As medidas atuais demonstram determinação do governo em criar condições adequadas para que a questão da dívida possa ter um encaminhamento definitivo, uma solução duradoura que resulte de um entendimento amplo e justo, que crie estabilidade.

O Papa João Paulo II foi muito claro ao falar, recentemente, dessa questão. E ele disse que a questão do endividamento externo é também um problema ético, isto é, um problema moral. O endividamento não pode prejudicar as necessidades básicas da vida de um povo. Negociaremos a partir de uma posição de autonomia e com uma noção clara dos objetivos de longo prazo.

Agora quero responder a uma pergunta que deve estar na mente de todas as brasileiras e brasileiros: por que as nossas reservas baixaram?

Quando eu assumi o governo, em março de 1985, elas eram de US\$ 7,8 bilhões. No ano de 1984, no ano anterior à minha assunção à Presidência da República, ingressaram no Brasil US\$ 9 bilhões de dinheiro novo. Pois bem, em 1985 e 1986, os dois anos do meu governo, nem um dólar líquido e nestes dois anos nós tivemos uma saída, líquida, de um US\$ 1,400 bilhão. Nossas exportações caíram, mais de 10% em 1986, cerca de US\$ 3,3 bilhões a menos. Por quê? Porque o mercado interno cresceu. Importamos alimentos e outros bens necessários

ao abastecimento. Mas por outro lado os preços dos produtos principais e dos manufaturados caíram no mercado externo, numa tendência que vem de muito tempo. Agora, outro dado ao povo brasileiro: nos últimos cinco anos o Brasil pagou US\$ 55,8 bilhões somente em juros. Repito: nós não podemos pagar a dívida com a fome do povo. Nas Nações Unidas eu já adverti, há dois anos, no discurso que ali proferi:

"Esmagados sob o peso enorme da dívida externa vivem os países da América Latina um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, inflação, aumento da miséria e da violência.

Mas afirmarei... "a dívida nos leva à dúvida". Tenho certeza de que esta conta, com estes altos custos sociais e econômicos, a ser mantida a situação atual, é paga pela liberdade porque um débito pago com a miséria certamente é uma conta que se paga com a democracia. Meditei, avaliei consequências, porque medidas desta natureza implicam, naturalmente, em riscos. Mas eu não encontro nada, absolutamente nada, que estruturalmente mostre que o Brasil tenha um obstáculo insuperável à sua frente. Não temos motivo para temer qualquer catástrofe, agora tento ter noção do tempo. O Brasil tem que se preparar para o século XXI e para isso é necessário um programa coerente e firme, que caminhe. Tivemos no nosso Plano Cruzado a valorização da produção e do trabalho, o fim da especulação. As coisas nem sempre se processam como a gente deseja, mas temos de continuar procurando estes objetivos com obstinação.

Vamos chegar a 28 de fevereiro, um ano. Não temos agora aquela inflação baixa que todos nós esperávamos. Como eu, junto com todo o povo brasileiro, como cidadão, e mais ainda, como presidente da República que colocou todas as suas energias no sucesso de um programa tão bem delineado, que está vivo e vai continuar. Mas fecharemos estes 12 meses com uma inflação em torno de 60%, mas não teremos em 252% de 1985, nem os mais de 500% projetados para 1986. Agora eu sei que todos têm uma outra pergunta para o presidente. E o futuro? O primeiro passo é a providência que estou anunciando: suspensão do pagamento dos juros da dívida a fim de negociarmos fórmulas que não comprometam nosso crescimento econômico. Em seguida, teremos de pôr em prática um severo plano de contenção, executar um programa de consistente estabele-

zação da economia, consolidando a manutenção do crescimento e do emprego, essenciais. Fala-se sempre que o governo não contribui com a sua parte. Pois bem, de início, nesta noite, eu afirmo três pontos como o início da contribuição do governo: durante seis meses o Tesouro só gastará o que arrecadar. Dois, as empresas estatais somente farão investimentos com recursos gerados por suas próprias receitas ou recursos já identificados e efetivamente disponíveis. Vamos proceder a uma visão global dos subsídios. Para isso, submeterei ao Congresso imediatamente um projeto de lei que regulará as condições de sua aplicação e, principalmente, as correspondentes fontes de receita. O governo oferece a sua parte. Agora devo dizer que para o Brasil não sofrer com seu povo o que ele não pode suportar é preciso a união de todos os brasileiros em torno desta luta para que vençamos juntos. Esta hora é hora de patriotismo responsável, nada de traição ao país sob o pretexto de crítica ao governo que apenas herdou esta dívida do passado e que vai pagá-la sem hipotecar as gerações do futuro.

O Brasil tomou a sua decisão e acredito que tem apoio unânime do seu povo, que há muito tempo desejava um passo mais firme no terreno da solução da dívida externa. Precisamos sentar à mesa da negociação, no exterior, com a autoridade de um País soberano e de um governo apoiado pelo seu povo. Segundo um entendimento nacional, para derrotar a inflação, afastar a recessão, manter o nível de emprego, para restabelecer a confiança, para os investimentos voltarem e para manter o nível do poder de compra real do nosso trabalhador. Enfim, para acabar com o ciclo de mão-de-obra barata, que é aviltante. Para alcançar estas metas tão ambiciosas é necessário tempo. Essa medida hoje tomada, inserida dentro do contexto da nossa política econômica, tem por objetivo também, e principal, melhorar a vida do nosso povo. Eu convoco os políticos, os trabalhadores, os empresários, capital e trabalho, forças vivas da nossa nação, profissionais liberais, estudantes, igreja, o povo todo, brasileiras e brasileiros, para ajudar o Brasil nesta hora, hora grave, mas que será superada pelo nosso trabalho, pela nossa dignidade e pela nossa união. Unidos, esta é a palavra de ordem, porque o futuro é nosso. De minha parte eu prego-vos, tenham confiança. Muito obrigado e que Deus nos abençoe. Boa noite.